

Conselho ainda não tem decisão sobre denúncias

por Heinar Gonçalves
de São Paulo

O Conselho Estadual de Educação (CEE) ainda não definiu sua posição quanto às denúncias que vem recebendo desde o início deste mês de aumentos abusivos cobrados por escolas particulares. O motivo dessa indefinição tem origem no Decreto nº 95.720, assinado em 12 de fevereiro pelo presidente Sarney, que, além de instituir a "liberdade vigiada" para as mensalidades escolares, estabeleceu que somente as Associações de Pais e Mestres ou, no caso do ensino superior, Centros Acadêmicos podem procurar o CEE para efetuar reclamações.

Segundo o professor Francisco Aparecido Cordão, vice-presidente do CEE, até agora o Conselho recebeu apenas reclamações de particulares, que, de acordo com o decreto, não têm validade. Cordão disse que a Comissão de Encargos Educacionais (Cene) está estudando a possibilidade de atender a essas reclamações, o que ele pessoalmente defende, lembrando que muitas escolas não possuem APM, que historicamente é um órgão beneficente e não reivindicatório.

Para o vice-presidente do CEE, este não é um órgão competente para "vigiar" os aumentos de mensalidade praticados pelas escolas.

"Meus assessores se restringem à área de política educacional, são educadores, não economistas ou contadores. A avaliação do aumento das mensalidades deveria ser feita por um órgão ligado ao Ministério da Fazenda ou pela Secretaria da Defesa do Consumidor", diz Cordão.

Mesmo sem poder adiantar o que será decidido pelos 24 integrantes do CEE, Cordão diz considerar abusiva a atitude de algumas escolas que repassaram integralmente o aumento de seus professores e começam a cobrar suas mensalidades em Obrigações do Tesouro Nacional (OTN).